

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 DO INQUÉRITO POLICIAL

1. Razão de ser do inquérito	1
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da polícia judiciária	2
3. Fixação das atribuições da Polícia Judiciária	2
4. Finalidade do inquérito policial	2
5. Caracteres do inquérito policial	3
6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial	4
7. Prazo para a conclusão do inquérito	6
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito?	6
9. É indispensável o inquérito?	6
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado	7
11. O relatório	7
12. A condução coercitiva do indiciado	7
13. Como se inicia o inquérito policial?	7
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada?	8
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública in- condicionada?	10
16. Modelo de portaria. Observações	11
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações	13
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações	14
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações	15
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações	18
21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procura- ção. Observações	20
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	22

CAPÍTULO 2 DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo	28
2. Sentido da expressão “flagrante delito”	30
3. Fundamento da prisão em flagrante	31
4. As modalidades de flagrante	32
5. Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante	32
6. A prisão em flagrante como ato administrativo	34

7.	A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada	34
8.	Como se lavra um auto de prisão em flagrante	35
9.	Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto	36
10.	Prazo para a conclusão do inquérito iniciado através de auto de prisão em flagrante	36
11.	O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante	37
12.	O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais	37
13.	Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?	38
14.	Observações sobre a prisão em flagrante	38

CAPÍTULO 3 DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.	Etimologia. Noções	46
2.	Conceito	48
3.	A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário?	48
4.	Característicos	49
5.	Princípios	51
6.	Divisão da jurisdição	52
7.	Competência	53
8.	Delimitação do poder de julgar	54
9.	Onde a causa penal deve ser julgada?	55
10.	Prerrogativa de função	57
11.	Conexão e continência	58

CAPÍTULO 4 DA AÇÃO PENAL

1.	Direito de ação	60
2.	O processo	61
3.	O processo, forma civilizada para a composição dos litígios	62
4.	Ação penal: conceito	63
5.	Classificação subjetiva da ação penal	63
6.	Como se inicia a ação penal: através da denúncia ou queixa	64
7.	As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir	64
8.	Condições específicas da ação	66
9.	Rejeição da denúncia ou queixa	67
10.	Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?	68
11.	Pode o Promotor desistir da ação penal?	69
12.	Como se instaura o processo	69
13.	Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar?	69

14. Que deve conter a denúncia?	70
15. Modelo de denúncia	70
16. Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito	71
17. Prazos para a denúncia	72
18. O despacho do Juiz recebendo a denúncia	72
19. Outras observações	74
20. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências ...	75
21. Observações	76
22. Pode a autoridade policial deixar de realizá-las?	76
23. Pedido de arquivamento: modelo	77
24. Observações	77
25. Arguição de incompetência: modelo	80
26. Conflito de atribuições e de competência	82

CAPÍTULO 5

DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa	87
2. A decadência do direito de queixa	89
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa	90
4. A queixa nos crimes contra a honra. A preempção	92
5. O perdão	92
6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa?	93
7. As custas do processo	96
8. Modelo de queixa	97
9. Modelo de procuração	98

CAPÍTULO 6

DA DEFESA PRÉVIA

1. É a defesa prévia obrigatória ou facultativa?	99
2. Exemplo de defesa prévia	100
3. Observações sobre a defesa prévia	100

CAPÍTULO 7

DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação	105
2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente?	105
3. A função do assistente	106
4. Ouvida do Ministério Público	107

5.	Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir?	107
6.	Atividade do assistente	107
7.	Em que hipóteses pode recorrer?	108
8.	Prazo para a interposição de recurso pelo assistente	109
9.	Pode o Poder Público intervir como assistente?	110
10.	A intimação da sentença	111
11.	Modelos de pedido de habilitação de assistente	111
12.	Modelo de procuração	112

CAPÍTULO 8

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1.	O fato típico	113
2.	A antijuridicidade	114
3.	A culpabilidade	115
4.	A imputabilidade	115
5.	A importância do exame de sanidade	116
6.	Critérios para aferir a inimputabilidade	116
7.	Os menores de 18 anos	117
8.	Os doentes mentais	117
9.	A embriaguez	118
10.	A fusão dos elementos etiológico e psicológico	119
11.	Como se comprova a inimputabilidade?	120
12.	Oportunidade para o exame de insanidade	121
13.	Legitimidade	122
14.	Procedimento	122
15.	Formulação dos quesitos	123
16.	A doença mental antes e depois da prática da infração	124
17.	Fica o Juiz vinculado à perícia?	125

CAPÍTULO 9

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1.	Conceito de procedimento	126
2.	Processo e procedimento	126
3.	Procedimento nas hipóteses de foro privilegiado	128
4.	Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	129
5.	Foro sem prerrogativa de função	134
6.	Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão	135
7.	Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais	137
8.	Crimes da competência do Júri. A primeira fase	138
9.	Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação	140
10.	Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade	143

11.	A competência do Tribunal do Júri	149
12.	O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>veredicta</i>	149
13.	Organização e funcionamento do Júri	155
14.	Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação	173
15.	Modelo de sentença absolutória. Observação	174
16.	Modelo de sentença condenatória. Observação	175
17.	Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observação	176
18.	Questionário	180

CAPÍTULO 10

DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1.	O procedimento dos processos por crimes falimentares	194
2.	O foro competente	195
3.	O inquérito judicial	195
4.	É contraditório este inquérito?	196
5.	O não-oferecimento de denúncia no juízo falencial impede a propositura da ação no juízo criminal?	198
6.	Quando é possível a denúncia no juízo criminal	198
7.	Quando é possível a queixa no juízo criminal e no juízo falencial	200
8.	Prazos	201
9.	A importância da sentença declaratória da falência	203
10.	A ação penal nas pequenas falências	205
11.	O procedimento dos processos por crimes de imprensa	207
12.	Os prazos prescricionais	208
13.	O procedimento	209
14.	Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa?	211
15.	O procedimento dos processos por crimes eleitorais	212
16.	O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais. Observações	214
17.	Entorpecentes. Observações	217
18.	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	225
19.	Os crimes contra a fauna	225

CAPÍTULO 11

DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS COM DETENÇÃO

1.	O procedimento comum para os crimes apenados com detenção .	227
2.	O procedimento especial para os crimes apenados com detenção	228
3.	O procedimento dos processos por homicídios e lesões corporais culposos	229
4.	O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade	229

5.	O procedimento nos crimes contra a economia popular. Observações	230
6.	Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento	232
7.	Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento	232
8.	Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento	233
9.	Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento	233
10.	Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando apenados com detenção: procedimento	237
11.	Crimes contra a honra: procedimento	239
12.	Entorpecentes	245

CAPÍTULO 12

DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1.	Preliminares	246
2.	O procedimento comum para as contravenções	246
3.	O procedimento especial	247
4.	Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	248
5.	O procedimento das contravenções eleitorais. Observações	249

CAPÍTULO 13

↘ DAS ALEGAÇÕES

1.	Alegações finais: exemplo	252
2.	Observações sobre as alegações finais	253
3.	As alegações orais, ou debates, nos denominados “processos sumários”. Observações	255

CAPÍTULO 14

DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Da prisão provisória	258
2.	Quando é necessária a prisão processual?	260
3.	A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível	260
4.	Da prisão preventiva	262
5.	Da prisão temporária	263
6.	Anotações sobre o flagrante	266
7.	Da liberdade provisória	267
8.	Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade	268
9.	Limites da fiança	273
10.	Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança	275
11.	Extinção	275

12. Fiança sem efeito	276
13. Reforço	276
14. Fiança sem objeto	276
15. Condenação	277
16. Execução	277

CAPÍTULO 15 DA SENTENÇA

1. Sentença absolutória: exemplo	278
2. Sentença condenatória: exemplo	279
3. Observações sobre a sentença	281

CAPÍTULO 16 DO LIBELO

1. Noções sobre o libelo	295
2. Pode a pronúncia, após a preclusão <i>pro judicato</i> , ser alterada?	296
3. Exemplo de libelo	296
4. Observações sobre o libelo	297
5. Libelo em série. Observações	297
6. Outros modelos. Observações	299
7. Contrariedade do libelo. Observações	301

CAPÍTULO 17 DAS NULIDADES

1. Noções sobre atipicidade do ato processual	302
2. Inexistência, nulidade e irregularidade do ato processual	303
3. Nulidade absoluta	304
4. Nulidade relativa	304
5. Atos essenciais ou estruturais	305
6. Atos não-essenciais	305
7. Formalidades essenciais	308
8. Outra observação sobre nulidade absoluta	310
9. Momento para a arguição da nulidade	310

CAPÍTULO 18 DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades	312
2. Fundamento	313
3. Pressupostos lógico e fundamental	314

4.	Classificação da sucumbência	315
5.	Pressupostos recursais objetivos	319
6.	Pressupostos recursais subjetivos	327
7.	Juízo de admissibilidade, ou prelibação	327
8.	Extinção anormal dos recursos	328
9.	Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial	329
10.	Recursos voluntários e necessários	329
11.	Efeitos dos recursos	332
12.	Unirrecorribilidade	334

CAPÍTULO 19



DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1.	Exemplo de interposição	335
2.	Exemplo de razões. Observações	336
3.	Exemplo de contra-razões	337
4.	Observações	338
5.	O recurso em sentido estrito	340
6.	É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?	341
7.	Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito?	341
8.	O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	342
9.	Prazo para razões e contra-razões	342
10.	Pode o Juiz retratar-se?	343
11.	E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer?	344
12.	A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	345
13.	Quando é que o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça?	345
14.	É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal de Alçada?	346
15.	As decisões que comportam recurso em sentido estrito	347
16.	Modelo de interposição de recurso "por termo nos autos" (recurso interposto oralmente)	355
17.	Efeitos	356

CAPÍTULO 20



DO RECURSO DE APELAÇÃO

1.	Exemplo de interposição de recurso de apelo	358
2.	Exemplo de razões. Observação	359
3.	Exemplo de contra-razões	360
4.	Noções	363
5.	Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	363
6.	Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo?	365

7.	Como se interpõe a apelação?	365
8.	O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem	365
9.	Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões	366
10.	Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos?	367
11.	Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?	367
12.	A quem é endereçado o recurso de apelo?	369
13.	Apelação plena e limitada	369
14.	Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância	370
15.	Pressupostos próprios do recurso de apelo	371
16.	Extinção anormal da apelação	377
17.	Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescisorium</i> ?	379
18.	A apelação sobe nos próprios autos?	382
19.	O § 4º do art. 593	382
20.	A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação?	383
21.	Apelação sumária e apelação ordinária	383
22.	Efeitos do recurso de apelação	384
23.	Tem a apelação do assistente efeito suspensivo?	385
24.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	385

CAPÍTULO 21

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1.	Modelo de interposição	391
2.	Noções	391
3.	É exclusivo da defesa?	392
4.	Quando cabe	392
5.	Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?	393
6.	Pode a defesa protestar e apelar?	395
7.	Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri?	395
8.	Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento?	396
9.	Razão histórica do protesto	396
10.	Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?	399
11.	Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?	400

CAPÍTULO 22

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1.	Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação ..	401
2.	Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça	403

3.	Considerações preliminares	405
4.	Os embargos infringentes e de nulidade	406
5.	Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento	406
6.	São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não-unânime de segunda instância?	408
7.	A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar ...	409
8.	Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia?	409
9.	Os embargos no STF	410
10.	Os embargos no STJ	411

CAPÍTULO 23

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1.	Modelo	412
2.	Generalidades	413
3.	Quando podem ser opostos	413
4.	A quem são dirigidos	414
5.	Procedimento	414
6.	Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	415
7.	Quem pode interpor os embargos?	415
8.	Quem os julga?	415
9.	Os embargos na inferior instância	416
10.	Retratibilidade	416
11.	Suspendem o prazo de outro eventual recurso?	416
12.	Extensão dos embargos declaratórios	417

CAPÍTULO 24

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1.	Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observações ...	419
2.	Exemplo de razões	420
3.	Exemplo de contra-razões	422
4.	Observações sobre a carta testemunhável	423
5.	Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?	424
6.	O prazo para ser requerida a carta testemunhável	426
7.	A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante ...	426
8.	Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?	427
9.	Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?	428
10.	Razões históricas da carta testemunhável	428
11.	Como se conta o prazo	429

CAPÍTULO 25

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo	430
2. Exemplo de razões	431
3. Exemplo de contra-razões	432
4. Generalidades	433
5. Cabimento	433
6. Admite-se a correição no processo civil?	434
7. Origem	435
8. Surgimento da correição no Estado de São Paulo	435
9. É inconstitucional?	435
10. É recurso?	436
11. Procedimento	437

CAPÍTULO 26

DO “HABEAS CORPUS”

1. Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito	440
2. Considerações sobre o <i>habeas corpus</i>	442
3. É o <i>habeas corpus</i> um recurso?	443
4. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	443
5. Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa?	444
6. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício?	445
7. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ?	445
8. A competência originária	445
9. A competência recursal	450
10. Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada?	451
11. Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?	452
12. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível?	452
13. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada?	453
14. Alguns casos de <i>habeas corpus</i>	453
15. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora	454
16. Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Alçada	455
17. Observações sobre o <i>habeas corpus</i>	460
18. A sustentação oral do <i>habeas corpus</i>	461
19. Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STF	461
20. Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i>	462
21. Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado?	463
22. Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?	464

23. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário?	464
24. Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ?	464
25. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada?	465
26. Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular?	465
27. O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório	466
28. Finalidade do <i>habeas corpus</i>	469
29. Apresentação do paciente	469
30. Sanções	470
31. Pedido de informações	470
32. Intervenção do Ministério Público	470
33. Como pode ser impetrada a ordem?	471
34. Concessão	471
35. Não-cabimento	472
36. O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i>	472
37. Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição?	473
38. Liminar em <i>habeas corpus</i>	473

CAPÍTULO 27

DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição	476
2. Exemplo das razões	476
3. Exemplo de parecer da Procuradoria. Observações	480
4. Os três tipos de recurso ordinário-constitucional	481
5. O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta	481
6. O recurso ordinário-constitucional	482
7. Procedimento	483

CAPÍTULO 28

DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal	485
2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada?	486
3. Generalidades	487
4. O erro judiciário e a coisa julgada	489
5. A revisão <i>pro societate</i>	490
6. A revisão criminal no Brasil	491
7. A natureza jurídica	492
8. Pressuposto primordial da revisão	493
9. Oportunidade	493
10. Legitimidade	494

11.	Pode o Ministério Público requerer a revisão?	496
12.	A revisão e a decisão do Júri	496
13.	Competência	498
14.	Os fundamentos do pedido	500
15.	Extinção da punibilidade	501
16.	Unificação de penas	502
17.	Revisão para aumentar a pena	502
18.	Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	503
19.	Precisa o condenado recolher-se à cadeia?	503
20.	Conversão em diligência	504
21.	As regras dos arts. 621 e 626 do CPP	504
22.	Absolvição e revisão	505
23.	Prazo	505
24.	O pedido	505
25.	Procedimento	506
26.	Julgamento	507
27.	Improcedência	507
28.	Procedência	508
29.	Conseqüências	509
30.	Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	509
31.	Reiteração	512
32.	Sentença estrangeira	512
33.	A Justiça Eleitoral	512
34.	Morte do condenado	513
35.	A indenização. Nota	513

CAPÍTULO 29

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1.	Noções gerais	516
2.	Recurso extraordinário: conceito	516
3.	A denominação "extraordinário"	518
4.	Outras funções do STF	518
5.	Quando é cabível o recurso extraordinário?	519
6.	Legitimidade	519
7.	Procedimento	520
8.	Denegação. Recurso oponível	521
9.	Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	522
10.	Problemas especiais	522
11.	Recurso extraordinário e recurso-especial	523
12.	Modelos	524
13.	Súmulas do STF relacionadas com o recurso extraordinário	526

CAPÍTULO 30

DO RECURSO ESPECIAL

1.	O recurso especial	528
2.	Quando cabe	528

3. Finalidade	530
4. Procedimento	531
5. Denegação	532
6. Outras funções do STJ	532
7. Súmulas do STJ em matéria processual penal	533
8. Modelos	534

CAPÍTULO 31

↙ DOS AGRAVOS

1. Modelos de agravo em execução	542
2. Os agravos no processo penal	548
3. O agravo de instrumento	548
4. Modelo de agravo de instrumento	550
5. O agravo em execução	556
6. O agravo regimental	557
7. O recurso inominado	557